



# CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 01, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023

## TARDE

# CONSULTOR LEGISLATIVO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

NÍVEL SUPERIOR TIPO 1 – BRANCA



### SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **70 (setenta)** questões objetivas e **2 (duas)** questões discursivas você receberá do fiscal de sala o cartão de respostas e as folhas de textos definitivos;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.
- Cada questão discursiva deverá ser redigida em até **30 (trinta)** linhas.



### INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e as folhas de textos definitivos;
- Para o preenchimento do cartão de respostas e das folhas de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas e em suas folhas de textos definitivos, o fiscal de sala deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e das suas folhas de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas e das folhas de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa prova!**



### TEMPO

- Você dispõe de **5 (cinco) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas e o preenchimento das folhas de textos definitivos;
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



## CONHECIMENTOS GERAIS

### Língua Portuguesa

1

Uma carta (traduzida) de Van Gogh a seu irmão Théo, diz o seguinte:

*A respeito do Meerestille de Heine, que eu tinha copiado no teu caderno, não é? Há algum tempo atrás eu vi um quadro de Thijs Maris que me fez pensar nele.*

*Uma velha cidade da Holanda, com fileiras de casas num castanho avermelhado com oitões em escadinha e patamares nas portas, telhados cinzas, e portas brancas ou amarelas, vãos e cornijas, canais com barcos e uma grande ponte levadiça branca sob a qual se encontra uma chata com um homem ao leme, a casinha do guarda da ponte que se vê pela janela sentado em sua pequena escrivaninha.*

*Um pouco mais longe no canal, uma ponte de pedra sobre a qual passam pessoas e uma charrete com cavalos brancos.*

*É movimento por toda parte; um homem com um carrinho de mão, um outro apoiado no parapeito, olhando para a água, mulheres de preto com toucas brancas.*

*No primeiro plano, um cais com lajotas e um parapeito preto.*

Assinale a afirmação correta sobre esse fragmento textual.

- (A) Trata-se de texto basicamente descritivo, com exceção do penúltimo parágrafo, de tipo narrativo.
- (B) Há possíveis problemas na tradução do texto, como a ambiguidade no emprego de “nele”, no primeiro parágrafo.
- (C) Ocorre nítida incoerência no segmento “portas brancas ou amarelas”, no segundo parágrafo.
- (D) Há emprego indevido da preposição “sob” em lugar de “sobre” no segundo parágrafo.
- (E) A expressão “Um pouco mais longe no canal”, no terceiro parágrafo, mostra ilogicidade, pois um quadro, sendo um plano, não tem profundidade.

2

Observe a seguinte reflexão:

*A abelha vive fazendo cera. Sempre. E com tudo isto acontecendo, como é que a abelha consegue ser a imagem do labor incessante?*

Sobre a estrutura e a composição desse pensamento, assinale a afirmativa **inadequada**.

- (A) O advérbio “Sempre” é redundante, pois o verbo “viver” já indica uma ação interminável.
- (B) A expressão “fazendo cera” aparece nesse pensamento com duplo sentido.
- (C) O segmento “tudo isto” traz a ideia de uma grande quantidade de ações, sentido adequado ao contexto.
- (D) A forma do pronome demonstrativo “isto” deveria ser substituída por “isso”, por referir-se a um termo anterior.
- (E) A expressão “é que” é empregada enfaticamente, sem ligações sintáticas com os outros termos.

3

Um escritor americano deu a seguinte opinião sobre os aborígenes, ou seja, os primitivos habitantes de um país:

*Gente de valor escasso que atravanca o solo de um país recém-descoberto. Mas logo deixa de atravancar, e passa a fertilizá-lo.*

Sobre a estrutura e a significação desse pensamento, assinale a afirmativa adequada.

- (A) O texto mostra uma visão positiva dos aborígenes, por seu eficiente trabalho com a terra.
- (B) O fragmento textual mostra o desenvolvimento agrícola dos aborígenes, que aprendem novas técnicas de fertilização com os descobridores.
- (C) O autor do texto critica a utilização de técnicas agrícolas antiquadas por parte dos aborígenes.
- (D) O texto faz uma referência irônico-trágica ao fato de os descobridores matarem os aborígenes.
- (E) O enunciador do texto faz referência à tentativa europeia de “civilizar” os aborígenes de países recém-descobertos.

4

Um folheto de conteúdo religioso trazia o seguinte fragmento textual, retirado do Velho Testamento:

*Por isso se chamou o seu nome Babel, porque ali confundiu o Senhor a linguagem de toda a terra, e dali os dispersou por toda a superfície dela.*

Há uma série de marcas que indicam claramente que esse fragmento textual foi retirado de um texto de maior extensão; entre essas marcas, assinale a única que foi **incorretamente** indicada.

- (A) A expressão inicial “Por isso” se prende logicamente a motivos anteriormente citados.
- (B) O possessivo “seu” também deve referir-se a um termo que não está presente neste segmento do texto.
- (C) Os vocábulos “ali” e “dali” se referem a um lugar que não está indicado anteriormente neste segmento.
- (D) O pronome pessoal “os” também não mostra o seu antecedente neste fragmento textual.
- (E) O pronome pessoal “dela” não mostra neste segmento, como outros já citados, o antecedente a que se refere.

5

As frases a seguir mostram uma palavra ou expressão com duplo sentido, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Não ligue para os problemas da vida: eles não têm telefone.
- (B) Neste ônibus o motorista é o único a ter assento permanente; o resto é passageiro.
- (C) Se as abelhas vivem fazendo cera, como é que elas podem ser o símbolo do trabalho incessante?
- (D) Problemas que vão embora sozinhos voltam sozinhos.
- (E) Eles cortaram as relações, mas como a faca estava cega, reataram logo depois.

6

Assinale a frase em que a modificação de uma oração reduzida para uma desenvolvida tenha sido feita de forma **inadequada**.

- (A) Os estrangeiros terão de comer muito feijão para chegar à posição de maior banco do mundo. / *para que cheguem*.
- (B) Não existe política cultural no Brasil. Existem pessoas que têm talento para captar dinheiro. / *para que captem dinheiro*.
- (C) Negócios são negócios: alguns pagam para fazermos, outros nós pagamos para fazer. / *para que façamos, para que façam*.
- (D) Falência é um procedimento da lei que permite pôr o dinheiro nos bolsos das calças e entregar o paletó aos credores. / *que se ponha, que se entregue*.
- (E) A protelação é como um cartão de crédito: é muito divertido até você receber a conta. / *até o recebimento da conta*.

7

Assinale a frase que se mostra inteiramente coerente.

- (A) No México que é bom. Lá a gente recebe semanalmente, de 15 em 15 dias.
- (B) Vou me aposentar cinco ou dez anos depois de morto.
- (C) Há ocasiões em que a melhor decisão é não fazer nada.
- (D) Você tem de prestar muita atenção se não souber para onde está indo, porque você pode não chegar lá.
- (E) Se você não tem o que dizer, diga assim mesmo.

8

Observe o seguinte texto:

*A felicidade depende da habilidade que tenhamos naquelas atividades que consideramos importantes: somente se lhes damos um real valor aos pequenos detalhes cotidianos, poderemos ter instantes felizes. A felicidade absoluta não existe, e já que só podemos acessar os pequenos detalhes daquilo que nos interessa, devemos contentar-nos com isso. Por isso, a infelicidade é um sinal claro de nossa incompetência na arte de viver.*

Sobre a estrutura e a significação desse texto, assinale a afirmação **inadequada**.

- (A) O tema do texto gira em torno do que consiste a felicidade e o que viria a ser o seu oposto.
- (B) A afirmação de que “A felicidade absoluta não existe” é de cunho pessoal do autor do texto, representando uma opinião.
- (C) O raciocínio utilizado na estruturação argumentativa é do tipo dedutivo.
- (D) O conector “Por isso” mostra a preocupação com o caráter lógico da argumentação.
- (E) A tese do texto é a de que a infelicidade é fruto de nossa incompetência na arte de viver.

9

Observe o seguinte fragmento textual:

*Era a primeira vez que viajava sozinha, mas não estava assustada; ao contrário, me parecia uma aventura agradável aquela profunda liberdade na noite. O sangue, depois daquela longa viagem, começava a circular nas pernas entumecidas e com um sorriso de assombro olhava aquela grande estação e os grupos que aguardavam o expresso e os que chegávamos com três horas de atraso.*

*O cheiro especial, o grande rumor das pessoas, as luzes sempre tristes tinham para mim um grande encanto, já que envolvia todas as minhas impressões na maravilha de haver chegado finalmente a uma cidade grande, adorada em meus sonhos por ser desconhecida.*

*Comecei a seguir – uma gota numa corrente – o rumo da massa humana que, carregada de malas, se aglomerava na saída. Minha bagagem era uma mala pesada – porque estava cheia de livros – e a levava eu mesma com toda a força de minha juventude e de minha ansiosa expectativa.*

Sobre a estrutura e a significação desse texto, assinale a afirmativa **inadequada**.

- (A) O texto está narrado na primeira pessoa do singular e emprega preferencialmente o pretérito imperfeito do indicativo.
- (B) O último período do texto é de tipo narrativo, mostrando a última ação de uma sequência.
- (C) O narrador do texto é também o seu protagonista, com ponto de vista interno.
- (D) Trata-se de uma narrativa linear, pois segue uma ordem cronologicamente temporal lógica.
- (E) O último parágrafo começa por uma forma verbal no pretérito perfeito do indicativo, indicando uma ação que só acontece uma vez.

10

Observe o seguinte fragmento textual:

*O desaparecimento dos dinossauros. Há atualmente duas teorias para tentar explicar a extinção dos dinossauros no fim do Cretáceo. A primeira alude à possibilidade de uma catástrofe cósmica, a propósito da qual foram feitas diversas opiniões: uma estrela teria explodido perto de nosso sistema solar e teria contaminado a Terra com radiações mortais; um meteorito gigante, com 10 quilômetros de diâmetro, que teria colidido com nosso planeta, causando uma gigantesca explosão que teria projetado uma grande quantidade de poeira e de vapor d'água na atmosfera, formando uma capa espessa que escondeu o Sol durante meses ou menos. O resultado teria sido o desaparecimento completo das plantas e da vida animal, de tudo o que depende da luz solar. Para apoiar essa tese, descobriu-se um elemento muito raro, o irídio, concentrado em sedimentos calcários nos últimos tempos do Cretáceo.*

Sobre esse fragmento textual é correto observar que

- (A) apesar de o início do texto falar de duas teorias, na verdade há três suposições explicativas para o desaparecimento dos dinossauros.
- (B) o autor do texto interfere no que informa, mostrando claramente sua preferência por uma teoria.
- (C) o texto se desenvolve na relação causa / consequência, mostrando uma teoria explicativa e as consequências encadeadas dela advindas.
- (D) todas as ideias apresentadas no texto se apoiam na autoridade de quem o enuncia.
- (E) não há qualquer preocupação em dar um caráter científico ao que é exposto.

## Raciocínio Lógico e Matemático

11

No estojo de Alessandra há somente seis itens: três lápis idênticos, duas canetas azuis idênticas e uma caneta vermelha. Três desses itens serão retirados aleatoriamente e de maneira sucessiva de dentro do estojo.

Se os itens retirados não serão colocados de volta no estojo, a probabilidade de que, entre os três itens retirados, não haja canetas de cores diferentes é

- (A) 50%.
- (B) 52%.
- (C) 54%.
- (D) 60%.
- (E) 65%.

12

Em um copo, há certa quantidade de café com leite. Sabe-se que essa mistura é formada na proporção de quatro partes de leite para uma parte de café.

A essa mistura, acrescenta-se mais uma parte de leite e mais uma de café. Em seguida, a mistura é diluída pelo acréscimo de 10mL de água, fazendo com que, por fim, haja 500mL no copo.

Se todas as partes mencionadas têm o mesmo volume, após a diluição, a quantidade de leite no copo corresponde à seguinte porcentagem do volume total da mistura:

- (A) 70%.
- (B) 75%.
- (C) 80%.
- (D) 85%.
- (E) 90%.

13

Considere dois números reais positivos representados por  $x$  e  $y$ . É certo que 3 é menor do que  $x$  e que 5 é maior do que  $y$ .

Se  $x < y$ , então

- (A)  $x + y$  é maior do que 8.
- (B)  $x + y$  é menor do que 8.
- (C)  $xy$  é igual a 16.
- (D)  $y - x$  é menor do que 2.
- (E)  $y - x$  é menor do que 1.

14

Considere uma operação matemática representada por  $\&$ , definida no conjunto dos números inteiros positivos, tal que

$$a\&b = (a - b)^2 - (a - b)$$

Com respeito a essa operação, pode-se afirmar que

- (A) se  $a\&b = 0$ , então  $a = b$ .
- (B) se  $a\&b = 0$ , então  $a$  e  $b$  são números consecutivos com  $b$  menor que  $a$ .
- (C) se  $a\&b = 0$ , então  $a$  e  $b$  são números consecutivos com  $a$  menor que  $b$ .
- (D) se  $a$  e  $b$  são números consecutivos com  $b$  menor que  $a$ , então  $a\&b = 0$ .
- (E) se  $a$  e  $b$  são números consecutivos com  $a$  menor que  $b$ , então  $a\&b = 0$ .

15

Todos os dias, de segunda a sexta, João faz exatamente 20 flexões de braço como parte de um treinamento físico. Aos sábados e domingos, o treinamento continua, mas ele faz apenas 10 flexões a cada dia.

Esse treinamento acaba quando ele fizer, ao todo, 3200 flexões.

Se o treinamento começa em uma segunda-feira, o último dia de treinamento cairá em

- (A) uma quarta-feira.
- (B) uma quinta-feira.
- (C) uma sexta-feira.
- (D) um sábado.
- (E) um domingo.

## Regimento Interno da Câmara Municipal de Fortaleza

16

João, que atua na área de cerimonial da Câmara Municipal de Fortaleza, estava oferecendo o suporte necessário para a realização da sessão solene de instalação da legislatura, e tinha dúvidas em relação a três atos, mais especificamente se integrariam, ou não a ordem dos trabalhos, quais sejam:

- I. posse dos vereadores presentes;
- II. eleição dos membros da Mesa Diretora;
- III. entrega de declaração de bens pelo Prefeito e pelo Vice-Prefeito.

Após analisar o Regimento Interno da Câmara Municipal de Fortaleza, João concluiu corretamente, em relação aos atos referidos em I, II e III, que

- (A) apenas o ato II integra a ordem dos trabalhos.
- (B) apenas o ato III integra a ordem dos trabalhos.
- (C) todos os atos integram a ordem dos trabalhos.
- (D) apenas os atos I e II integram a ordem dos trabalhos.
- (E) apenas os atos I e III integram a ordem dos trabalhos.

17

Maria, filiada ao Partido Político Alfa e única vereadora da Câmara Municipal de Fortaleza no início de determinada legislatura, almejava integrar a Mesa Diretora.

De acordo com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Fortaleza, é correto afirmar que Maria

- (A) embora seja do sexo feminino, não pode receber tratamento diferenciado por força do princípio geral de isonomia entre os vereadores.
- (B) tem o direito subjetivo de integrar a Mesa Diretora, a exemplo do que se verifica com os representantes das demais minorias que integram a Casa Legislativa.
- (C) somente pode integrar a Mesa Diretora com observância da representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares que participem da Casa Legislativa.
- (D) todas as mulheres que sejam indicadas pelos líderes dos seus partidos ou blocos parlamentares têm o direito, por força de ação afirmativa de cunho regimental, de integrar a Mesa Diretora.
- (E) independente da representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares que participem da Casa Legislativa, tem garantida, tanto quanto possível, sua participação na Mesa Diretora.

**18**

Ana, recém-empossada servidora da Câmara Municipal de Fortaleza, com o objetivo de melhor se preparar para as demandas que receberia, indagou de uma colega quais seriam as características básicas das sessões legislativas ordinárias, mais especificamente em relação à sua periodicidade, convocação e possível interrupção.

Foi corretamente esclarecido a Ana que as referidas sessões

- (A) são divididas em no máximo dezesseis períodos mensais.
- (B) têm o início dos seus períodos independentemente de prévia convocação.
- (C) não podem ser interrompidas sem aprovação do projeto de lei orçamentária anual.
- (D) podem ser interrompidas ainda que não haja a conclusão da votação de proposições legislativas.
- (E) somente podem ser instaladas se a respectiva convocação for realizada com antecedência mínima de dois dias.

**19**

A Câmara Municipal de Fortaleza foi convidada a encaminhar representantes para participar de um fórum de discussão, envolvendo autoridades federais, estaduais e municipais, com o objetivo de aprimorar a atividade turística nas localidades que tivessem potencial para esse fim. Para tanto, deveriam ser designados vereadores para a missão oficial de representação da Câmara.

Os vereadores que participarão dessa missão devem ser designados

- (A) pela Mesa Diretora.
- (B) pelo Colégio de Líderes.
- (C) pelo Plenário da Câmara Municipal.
- (D) pelo Presidente da Câmara Municipal.
- (E) pelo líder de cada Partido Político com representação na Câmara Municipal.

**20**

Maria, vereadora da Câmara Municipal de Fortaleza, entrou em gozo de licença não remunerada, pelo prazo de cem dias, para tratar de interesse particular. Após o decurso de noventa dias, por entender que os seus problemas particulares não mais subsistiam, bem como com o objetivo de participar da votação de proposição legislativa que seria inserida na ordem do dia na próxima semana, Maria decidiu antecipar o seu retorno.

À luz do Regimento Interno da Câmara Municipal de Fortaleza, é correto afirmar que o retorno antecipado de Maria

- (A) não é admitido, pois violaria o ato jurídico perfeito.
- (B) configura um direito subjetivo, sendo assegurada a Maria a imediata reassunção do seu mandato.
- (C) não é admitido, pois afrontaria o exercício do mandato pelo suplente convocado para substituir Maria.
- (D) depende de requerimento escrito, que só produzirá efeitos após a leitura em Plenário, com registro em ata, na primeira sessão após o seu recebimento.
- (E) deve ser requerido à Mesa Diretora, que o submeterá ao plenário na primeira sessão após o seu recebimento, produzindo efeitos após a publicação da decisão.

**21**

XX, alguns meses após a posse, em razão de um grave problema familiar, decidiu renunciar ao mandato de vereador da Câmara Municipal de Fortaleza.

Ao analisar o Regimento Interno da Câmara Municipal de Fortaleza, em relação às possibilidades de efetivar o seu desiderato, XX concluiu corretamente que o ato

- (A) pode ser expresso ou tácito.
- (B) somente pode ser expresso e deve ter como destinatário o Presidente da Câmara.
- (C) deve ser apresentado por escrito, perante a Mesa Diretora, e registrado em ata, tornando-se irrevogável.
- (D) se torna irrevogável desde o momento em que é exteriorizado em pronunciamento perante o Plenário.
- (E) pode ser condicionado ou incondicionado, tornando-se eficaz, neste último caso, com o implemento da condição.

**22**

XX, vereador da Câmara Municipal de Fortaleza, almejava que a estrutura orgânica competente, no âmbito dessa Casa Legislativa, analisasse uma proposição visando à criação de novo bairro. Acresça-se que a criação desse novo bairro era reivindicada por considerável parcela da população.

O Presidente da Câmara, ao receber a proposição, entendeu corretamente que, por imposição regimental, ela deve ser apreciada

- (A) pela Comissão de Política Urbana e Meio Ambiente.
- (B) pela Comissão de Constituição e Justiça.
- (C) pela Comissão de Participação Popular.
- (D) diretamente pelo Plenário.
- (E) pela Mesa Diretora.

**23**

João e Maria, vereadores da Câmara Municipal de Fortaleza, almejavam criar uma Frente Parlamentar com o objetivo de promover, em conjunto com órgãos públicos e representantes da sociedade civil, a discussão e o aprimoramento da política pública de saúde preventiva no território municipal.

Após analisarem o Regimento Interno da Câmara Municipal de Fortaleza, João e Maria concluíram corretamente que a referida estrutura

- (A) não tem previsão regimental, devendo ser criada a partir de iniciativa dos partidos políticos.
- (B) uma vez criada e instalada, não pode receber a adesão de novos vereadores no curso dos seus trabalhos.
- (C) após a aprovação de sua criação pelo órgão competente, terá os seus membros designados pelo Presidente da Câmara.
- (D) não pode ser criada enquanto estiverem funcionando, simultaneamente, pelo menos seis Frentes Parlamentares na Câmara.
- (E) somente pode ser criada a partir de requerimento subscrito por, no mínimo, um terço dos membros da Câmara, devendo ser submetido à aprovação da Mesa Diretora.

**24**

XX, vereador da Câmara Municipal de Fortaleza, e integrante da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, vinha apresentando diversas faltas às reuniões deste colegiado. Esse estado de coisas suscitou sua preocupação em relação à possível perda do seu lugar na Comissão.

Ao analisar o Regimento Interno da Câmara Municipal de Fortaleza, XX concluiu corretamente que a perda do lugar

- (A) não pode decorrer de faltas, mas apenas de infrações administrativas.
- (B) embora possa decorrer de faltas, pressupõe deliberação do Plenário nesse sentido.
- (C) caso ocorra em razão das faltas, impedirá que XX retorne à Comissão no mesmo biênio.
- (D) pode decorrer de faltas, devendo ser declarada pelo Presidente da Câmara a partir de comunicação da Mesa Diretora.
- (E) pressupõe a tramitação de processo administrativo perante a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, obstando a participação de XX em outra Comissão na mesma legislatura.

**25**

O Partido Político Alfa conta com um vereador na Câmara Municipal de Fortaleza, que é o seu líder. Esse líder cumula a função de Segundo Secretário da Casa Legislativa e atua como intermediário credenciado nas relações entre o referido parlamentar e os órgãos da Câmara, sendo o porta-voz do seu partido.

À luz do Regimento Interno da Câmara Municipal de Fortaleza, é correto afirmar que essa narrativa

- (A) não apresenta qualquer irregularidade.
- (B) somente apresenta irregularidade em relação à possibilidade de o líder atuar como Segundo Secretário.
- (C) apresenta irregularidade ao admitir que Alfa, com um único vereador, conte com líder na Câmara Municipal.
- (D) apresenta irregularidades ao admitir que um partido político, não um bloco parlamentar, o governo ou a oposição, conte com líder.
- (E) somente apresenta irregularidade em relação à atuação do líder como porta-voz de Alfa, *munus* que recai sobre o presidente do diretório municipal.

## Lei Orgânica Municipal

**26**

A sociedade empresária X pretendia obter a permissão de uso de bem público pertencente ao Município de Fortaleza, em situação na qual o interesse social o exigia.

Ao consultar sua assessoria a respeito dos requisitos exigidos pela Lei Orgânica do Município de Fortaleza para que a permissão seja obtida, foi corretamente esclarecido ao Diretor-Presidente da sociedade empresária X que ela

- (A) depende de autorização legislativa e de licitação, devendo ser formalizada mediante contrato administrativo.
- (B) sempre depende de licitação e será formalizada mediante contrato administrativo, não carecendo de autorização legislativa.
- (C) pressupõe a realização de oferta pública do bem, de caráter simplificado, com posterior celebração de termo administrativo.
- (D) pressupõe o uso específico e transitório do bem, sendo formalizada por termo administrativo, e terá a duração máxima de doze meses.
- (E) depende de licitação, ressalvadas as exceções legais, sempre que houver mais de um interessado, e será formalizada mediante termo administrativo.

**27**

Quinze vereadores da Câmara Municipal de Fortaleza apresentaram proposta de emenda da Lei Orgânica Municipal. Essa proposta foi aprovada e discutida em dois turnos, com interstício de quinze dias entre eles, sendo aprovada, em ambos, pelo voto de vinte e nove vereadores. Por fim, a emenda foi promulgada pelo Prefeito do Município de Fortaleza.

À luz da sistemática estabelecida pela Lei Orgânica do Município de Fortaleza, é correto afirmar que essa narrativa

- (A) não apresenta nenhuma irregularidade.
- (B) somente apresenta irregularidade em relação à autoridade que promulgou a emenda.
- (C) somente apresenta irregularidade em relação ao interstício entre os turnos de votação.
- (D) apresenta irregularidade em relação ao número de vereadores que aprovou a proposta de emenda.
- (E) apresenta irregularidade em relação ao número de vereadores que apresentou a proposta de emenda.

**28**

João, vereador na Câmara Municipal de Fortaleza, com o objetivo de atender aos anseios da coletividade, almejava apresentar projetos de lei disciplinando alguns aspectos afetos à prestação dos seguintes serviços públicos:

- I. fornecimento de água potável;
- II. serviço local de gás canalizado;
- III. iluminação pública.

Ao analisar a Lei Orgânica do Município de Fortaleza, João concluiu corretamente que o Município tem competência para organizar e prestar

- (A) apenas o serviço referido em I.
- (B) apenas o serviço referido em II.
- (C) apenas os serviços referidos em I e II.
- (D) apenas os serviços referidos em I e III.
- (E) todos os serviços referidos em I, II e III.

**29**

Joana, sacerdotisa da religião X, almejava montar um templo religioso no Município de Fortaleza.

Ao se inteirar dos requisitos previstos exclusivamente na Lei Orgânica desse ente federativo, concluiu corretamente que

- (A) é dispensada a exigência de alvará de funcionamento para o templo religioso.
- (B) deve requerer autorização, ao Poder Executivo, para a criação da associação religiosa que irá operar o templo.
- (C) deve observar, por força do princípio da isonomia, os requisitos a serem cumpridos pela generalidade das associações.
- (D) apenas deve solicitar alvará de funcionamento para o templo religioso, sendo dispensada a autorização para a criação da associação religiosa.
- (E) deve obter certificação, junto à secretaria municipal competente, atestando a compatibilidade da prática religiosa com os interesses locais.

**30**

Em determinada legislatura, a vereadora Maria, da Câmara Municipal de Fortaleza, constatou que o Município deixou de pagar, por dois anos consecutivos, a dívida pública referente a obrigações para amortização em prazo superior a um ano. Por entender que situação era grave, especialmente em relação às sociedades empresárias que prestavam serviços ao Município, já que muitas delas estavam encerrando suas atividades, o que gerava grande impacto na economia local e no aumento do índice de desemprego, Maria cogitou a possibilidade de ser requerida, pela Câmara Municipal, a decretação da intervenção do Estado no Município.

À luz da sistemática estabelecida pela Lei Orgânica do Município de Fortaleza, Maria concluiu corretamente que o requerimento alvitado

- (A) é descabido, considerando a inexistência de causa que o justifique.
- (B) pode ser apresentado apenas pelo Ministério Público Estadual.
- (C) deve ser apresentado pelo Prefeito Municipal, após aprovação de dois terços dos vereadores.
- (D) deve ser formulado pelo Presidente da Câmara Municipal, com base em decisão proferida pela maioria absoluta dessa Casa Legislativa.
- (E) pressupõe que a Comissão de Negociação tenha esgotado, junto ao Poder Executivo municipal, a possibilidade de pagamento espontâneo da dívida.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**31**

Desde a década de 1980, as autoridades governamentais em todo o mundo têm implementado mudanças significativas nos modelos de Administração Pública.

Assinale a opção que compreende um fator catalisador de ondas de modernização dos modelos de Administração Pública.

- (A) Crise fiscal das empresas.
- (B) Competição territorial pelos investimentos públicos.
- (C) Ascensão de valores pluralistas e neoliberais.
- (D) Revolução industrial.
- (E) Reformas administrativas do serviço público.

**32**

O estado da arte sobre modelos de Administração Pública recentemente debatidos na comunidade epistêmica internacional avança na discussão das propostas de modelos para reformas administrativas.

Com relação aos modelos de Administração Pública, analise os itens a seguir:

- I. No fim do século XIX nos Estados Unidos, e durante a década de 1930 no Brasil, reformas administrativas se espalharam pelas organizações públicas, marcando a transição de modelos pré-burocráticos para o modelo burocrático de administração pública.
- II. Durante as últimas quatro décadas, o paradigma burocrático weberiano tem enfrentado desafios por parte de novos modelos organizacionais como a administração gerencial. Esta transição recente tem sido reconhecida como uma nova tendência global de reformas na administração pública.
- III. A panaceia das reformas administrativas introduz modelos que rompem com a ênfase na função de controle.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.



**33**

Práticas como nepotismo, corrupção e clientelismo são frequentemente associadas à Administração Patrimonialista. Para superar os desafios relacionados à Administração Patrimonialista, são necessárias reformas institucionais que promovam a transparência, a *accountability* e o fortalecimento do estado de direito.

Com relação aos modelos de Administração Pública, analise os itens a seguir:

- I. A Administração Pública burocrática foi implementada como uma substituição ao modelo patrimonialista que predominava nas monarquias absolutas, onde havia uma confusão entre o patrimônio público e privado.
- II. As consequências da sobrevivência do patrimonialismo e do enrijecimento burocrático, muitas vezes perversamente misturados, são o baixo custo e qualidade da Administração Pública.
- III. O Decreto-Lei 200 dificultou a sobrevivência de práticas patrimonialistas e fisiológicas.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

**34**

A Administração Pública burocrática foi adotada porque era uma alternativa muito superior à Administração Patrimonialista do Estado. Entretanto o pressuposto de eficiência no qual se baseava não se revelou real quando o pequeno Estado liberal do século XIX torna-se o grande Estado social e econômico do século XX.

Assinale a opção que compreende uma característica da Administração Pública burocrática que compromete o pressuposto da eficiência.

- (A) Discricionariedade.
- (B) Responsividade.
- (C) Orientação para o cliente.
- (D) Auto-referida.
- (E) Homeostase.

**35**

Inicialmente, o conceito de burocracia remetia aos funcionários do Estado, seus conhecimentos e suas práticas. Somente no final do século XIX e início do século XX, especialmente após a obra de Max Weber, o termo passou a ser aplicado em empresas, para definir o processo de racionalização e profissionalização de todas as organizações no mundo contemporâneo.

Assinale a opção que compreende uma característica da administração burocrática weberiana.

- (A) Discricionariedade do burocrata do nível da rua.
- (B) Estrutura organizacional plana.
- (C) Atividade profissional que exige remuneração variável.
- (D) Estatuto da instabilidade funcional.
- (E) Meritocracia e igualdade de acesso aos cargos públicos.

**questão NSCE016-00\_06**

A obra seminal *Reinventando o Governo*, de Osborne & Gaebler (1992), desafiou paradigmas tradicionais dos modelos de Administração Pública ao propor uma abordagem voltada para o empreendedorismo, a competitividade e a eficiência no setor público.

Com relação à Administração Gerencial, analise os itens a seguir:

- I. Propõe a descentralização do ponto de vista político, transferindo recursos e atribuições para os níveis políticos regionais e locais.
- II. Defende a descentralização administrativa, promovendo a delegação de autoridade aos administradores públicos, que se tornam gestores cada vez mais autônomos.
- III. As organizações são estruturadas com poucos níveis hierárquicos, em vez de adotarem uma estrutura piramidal.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

**37**

João é servidor público há dez anos, ocupando um cargo vitalício com exercício funcional contínuo e ininterrupto. No último mês, foi informado sobre a existência de um estudo aconselhando o reconhecimento da desnecessidade do seu cargo, com a correlata extinção.

À luz da sistemática vigente, é correto afirmar que

- (A) a extinção alvitrada é incompatível com o instituto da vitaliciedade, logo, o cargo de João não pode ser extinto.
- (B) caso seja reconhecida a desnecessidade do cargo, João será posto em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- (C) como João não é estável, passará a integrar quadro especial caso o seu cargo seja extinto, ali permanecendo até ser aproveitado em outro cargo.
- (D) a extinção do cargo configura ato discricionário da Administração Pública, desde que João seja imediatamente alocado em outro cargo de igual natureza.
- (E) o reconhecimento da desnecessidade do cargo acarretará a aposentadoria de João, salvo se ainda não tiver preenchido os requisitos exigidos, o que acarretará a sua disponibilidade.

38

Os Municípios Alfa, Beta, Gama e Sigma, após amplos estudos, formaram uma associação de representação desses Municípios, de caráter privado, com o objetivo de realizar a gestão de serviços públicos próprios dos seus associados, o que se mostrava consentâneo com o princípio da eficiência, já que acarretaria a redução dos custos inerentes à referida atividade. Como representante legal da associação, foi escolhido o ex-Prefeito de Alfa.

À luz da sistemática legal vigente é correto afirmar que a narrativa acima

- (A) não apresenta qualquer irregularidade.
- (B) somente apresenta irregularidade em relação ao seu caráter não nacional.
- (C) somente apresenta irregularidade em relação à gestão de serviços públicos.
- (D) somente apresenta irregularidade em relação ao caráter privado da associação.
- (E) somente apresenta irregularidades em relação à representação legal da associação.

39

"O planejamento orçamentário consiste na aprovação de leis que orientam a organização das finanças públicas no país. A Constituição Federal considera o planejamento como leis de iniciativa do Poder Executivo, contemplando o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais."

SILVA, Moacir Marques da. Orçamento Público Municipal. 1.ED.. Belo Horizonte: Fórum, 2022. Pg. 93.

Quanto aos instrumentos de planejamento previstos na Constituição Federal responda a alternativa correta:

- (A) O Plano Plurianual possui periodicidade quadrienal e, para coincidir com o mandato do Poder Executivo, é aprovado pelo parlamento durante o período de transição entre governos.
- (B) Os prazos das leis orçamentárias, em âmbito municipal, são definidos na Lei Orgânica, e em não havendo tal previsão valerão os prazos da Constituição Federal.
- (C) Além da Constituição Federal, a Lei de Responsabilidade Fiscal traz regramentos específicos para cada uma das três leis orçamentárias.
- (D) As leis orçamentárias (PPA, LDO e LOA) podem ser objeto de lei delegada mediante resolução do Congresso Nacional.
- (E) A elaboração e a execução de planos e orçamentos devem refletir a compatibilidade dos indicadores fiscais com a balança comercial brasileira.

40

Analise as proposições a seguir:

- I. Compreenderá as metas e prioridades da administração pública, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública e disporá sobre as alterações na legislação tributária.
- II. Tem entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.
- III. Estabelecerá as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

Assinale a alternativa que apresente a correta correlação entre as proposições e as leis orçamentárias:

- (A) I - LDO ; II - PPA ; III - LOA.
- (B) I - LOA ; II - PPA ; III - LDO.
- (C) I - PPA ; II - LOA ; III - LDO.
- (D) I - PPA ; II - LDO ; III - LOA.
- (E) I - LDO ; II - LOA ; III - PPA.

41

Quanto a história da gestão orçamentária e financeira brasileira, assinale a alternativa **incorreta**:

- (A) O Decreto-Lei nº 200, de 1967, normatizou a elaboração e atualização de quatro instrumentos básicos de planejamento.
- (B) O Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) foi marcado pela definição de grandes projetos de integração nacional.
- (C) O Terceiro Plano Nacional de Desenvolvimento (III PND), elaborado no âmbito do regime militar, tinha por objetivo a construção de uma sociedade desenvolvida, equilibrada e estável.
- (D) A década de 1980 foi marcada pelo equilíbrio das finanças públicas brasileiras e acelerado desenvolvimento econômico.
- (E) A Constituição Federal de 1988 instituiu o Plano Plurianual em substituição ao Orçamento Plurianual de Investimentos.

42

Os princípios orçamentários são diretrizes norteadoras que buscam conferir racionalidade e eficiência na elaboração e execução do orçamento. Quanto aos princípios orçamentários assinale a alternativa **incorreta**:

- (A) Pelo princípio da universalidade o orçamento compreenderá todas as receitas e todas as despesas referentes aos Poderes, excetuando-se as operações de crédito.
- (B) Pelo princípio da unidade deve haver um único orçamento para cada exercício financeiro.
- (C) Pelo princípio da anualidade as receitas e despesas inseridas no orçamento devem-se referir ao período de vigência do orçamento.
- (D) Pelo princípio da exclusividade o orçamento deve conter somente matérias orçamentárias.
- (E) Pelo princípio da exclusividade a matéria orçamentária não pode ser tratada em outras leis que não as leis orçamentárias.

43

Considere as proposições a seguir:

- I. As despesas não devem ultrapassar as receitas previstas para o exercício financeiro.
- II. Nenhuma parcela da receita poderá ser reservada ou comprometida para atender a certos e determinados gastos.

As proposições se referem, respectivamente, aos princípios:

- (A) Orçamento Bruto e Especificação.
- (B) Anualidade e Não-afetação da receita.
- (C) Equilíbrio e Não-afetação da receita.
- (D) Equilíbrio e Exclusividade.
- (E) Anualidade e Orçamento Bruto.

44

Quanto ao crédito público assinale a questão **incorreta**:

- (A) A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, se incluindo na proibição a autorização para contratação de operações de crédito por antecipação de receita.
- (B) Compete privativamente ao Senado Federal dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (C) É competência do Sistema de Controle Interno (SCI) o controle das operações de crédito.
- (D) A assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas por ente da Federação é equiparada a operação de crédito.
- (E) Enquanto o ente federativo estiver em excesso com sua dívida consolidada, ele não poderá realizar operações de crédito, ainda que por antecipação de receita.

45

Quanto aos créditos adicionais assinale a opção **incorreta**:

- (A) Os créditos suplementares são aqueles destinados a reforço de dotação orçamentária existente.
- (B) Os créditos especiais são aqueles destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
- (C) Os créditos adicionais são as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.
- (D) Os créditos extraordinários são os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública.
- (E) Os créditos adicionais, quando promulgados nos últimos 4 meses do exercício financeiro, poderão ser reabertos nos limites dos seus saldos e terão sua vigência até o término do exercício subsequente.

46

Para a disponibilização de serviços públicos e a promoção da infraestrutura o Estado realiza despesas financeiras que, por sua vez, são custeadas pelas receitas públicas.

Quanto às receitas e despesas públicas assinale a opção **incorreta**.

- (A) São etapas da receita pública a previsão, o lançamento, a arrecadação e o recolhimento.
- (B) São etapas básicas da execução da despesa pública a previsão, o empenho, a liquidação e o pagamento.
- (C) Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a previsão e efetiva arrecadação dos impostos de competência do ente da Federação que estejam instituídos em lei, se eximindo o ente quanto àqueles não estabelecidos.
- (D) Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.
- (E) O controle da execução orçamentária, pelo Poder Legislativo, terá por objetivo verificar a probidade da administração, a guarda e legal emprego dos dinheiros públicos e o cumprimento da Lei de Orçamento.

47

Caio, após tomar conhecimento de que é investigado pela prática de ato de improbidade administrativa, contratou um renomado advogado para patrocinar os seus interesses. Nesse contexto, o patrono sugeriu que o seu cliente celebrasse, com o Ministério Público, um acordo de não persecução cível, explicando as vantagens e desvantagens inerentes ao instituto jurídico.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que

- (A) em qualquer caso, a celebração do acordo de não persecução cível considerará a personalidade do agente, a natureza, as circunstâncias, a gravidade e a repercussão social do ato de improbidade, bem como as vantagens, para o interesse público, da rápida solução do caso.
- (B) a celebração do acordo de não persecução cível dependerá de aprovação, no prazo de até trinta dias, pelo órgão do Ministério Público competente para apreciar as promoções de arquivamento de inquéritos civis, se anterior ao ajuizamento da ação.
- (C) o acordo de não persecução cível poderá ser celebrado no curso da investigação de apuração do ilícito ou no curso da ação de improbidade, vedado a pactuação no momento da execução da sentença condenatória.
- (D) o Ministério Público poderá, conforme as circunstâncias do caso concreto, celebrar acordo de não persecução civil, desde que dele advenha, ao menos, o ressarcimento de oitenta por cento do dano causado ao erário.
- (E) o acordo de não persecução cível celebrado entre o Ministério Público e o investigado dispensa homologação judicial, desde que ocorra antes do ajuizamento da ação de improbidade administrativa.

48

Caio, servidor público, compareceu à sede da sociedade empresária XYZ e, agindo com dolo, exigiu de João, sócio do estabelecimento comercial, tributo que sabia indevido. Inconformado, o empresário fez contato com uma guarnição da Polícia Militar que passava pela localidade. Na sequência, após tomarem ciência dos fatos, os policiais deram voz de prisão em flagrante ao agente público pela prática de crime contra a Administração Pública, encaminhando-o à delegacia de polícia mais próxima.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Caio responderá pelo crime de

- (A) corrupção ativa, com uma causa de aumento de pena.
- (B) corrupção ativa, sem causas de aumento de pena.
- (C) corrupção passiva simples.
- (D) excesso de exação.
- (E) concussão.

49

Cléber, agente público no Estado *Alfa*, conduzia um caminhão para o local de uma obra pública, ocasião em que, por imprudência, avançou um sinal, dando ensejo ao atropelamento de um particular, que sofreu graves danos, permanecendo internado por trinta dias. Após a convalescença, o indivíduo atropelado ingressou com uma ação indenizatória em face do Estado *Alfa*, o qual foi condenado a lhe pagar R\$ 20.000,00 a título de reparação pelos danos materiais e morais sofridos.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que Cléber

- (A) poderá ser responsabilizado na via regressiva, porquanto o agente público responde objetivamente pelos danos causados a terceiros, à luz da teoria do risco administrativo.
- (B) poderá ser responsabilizado na via regressiva, porquanto o agente público responde objetivamente pelos danos causados a terceiros, à luz da teoria do risco integral.
- (C) não poderá ser responsabilizado civilmente, porquanto não se logrou comprovar que o agente público agiu de forma dolosa.
- (D) não poderá ser responsabilizado civilmente, porquanto, ao atuar, o agente público personificava o Estado *Alfa*.
- (E) poderá ser responsabilizado na via regressiva, porquanto o agente público atuou de forma culposa.

50

João, jornalista, solicitou, junto ao Poder Público, acesso a uma informação, vindo a ser informado que, em razão da imprescindibilidade da temática à segurança da sociedade, esta foi classificada, em observância às formalidades legais, como secreta.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 12.527/2011, é correto afirmar que o prazo máximo de restrição de acesso à informação requerida por João é de

- (A) vinte e cinco anos.
- (B) quinze anos.
- (C) trinta anos.
- (D) vinte anos.
- (E) dez anos.

51

O Governador do Estado *Alfa*, ao tomar conhecimento, pela imprensa, sobre atos de corrupção perpetrados por Caio, ocupante de cargo efetivo no âmbito da autarquia estadual XYZ, pede que a sua equipe técnica lhe apresente um estudo sobre a possibilidade do Chefe do Poder Executivo invocar o poder hierárquico, com as consequências que dele decorrem, sobre uma entidade da Administração Indireta. Busca-se, assim, evitar que a imagem do Poder Público seja prejudicada junto à coletividade.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que

- (A) em razão dos atos de corrupção perpetrados por Caio, o Governador do Estado *Alfa*, com base no poder hierárquico, pode revogar os atos administrativos ilegais praticados pelo agente público, prerrogativa não extensível ao Presidente da autarquia XYZ.
- (B) em razão dos atos de corrupção perpetrados por Caio, o Presidente da autarquia XYZ, com base no poder hierárquico, pode revogar os atos administrativos ilegais praticados pelo agente público, prerrogativa não extensível ao Governador do Estado *Alfa*.
- (C) em razão dos atos de corrupção perpetrados por Caio, o Governador do Estado *Alfa* ou o Presidente da autarquia XYZ, com base no poder hierárquico, podem revogar os atos administrativos ilegais praticados pelo agente público.
- (D) o poder hierárquico não é aplicável entre pessoas jurídicas distintas, de forma que inexistente relação de hierarquia e subordinação entre o Estado *Alfa* e a autarquia XYZ.
- (E) o poder hierárquico é aplicável entre pessoas jurídicas distintas, de forma que existe relação de hierarquia e subordinação entre o Estado *Alfa* e a autarquia XYZ.

52

O Estado *Alfa* e a sociedade empresária XYZ, após o regular procedimento licitatório, celebraram contrato administrativo, por prazo determinado, dando o aval para que a entidade privada utilize, de forma privativa, um determinado bem público, com o objetivo de explorar, economicamente, a grande infraestrutura existente no local.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que o uso privativo do bem público se instrumentalizou por meio de uma

- (A) concessão de direito real de uso de bem público.
- (B) concessão de uso de bem público.
- (C) permissão de uso de bem público.
- (D) autorização de uso de bem público.
- (E) cessão de uso de bem público.

53

João, Ministro de Estado dos Povos Indígenas, Cléber, presidente de uma autarquia federal, e Luiz, diretor de uma fundação estatal de direito público, em âmbito federal, amigos de longa data, planejam criar uma sociedade empresária tão logo deixem os respectivos cargos públicos ocupados. Para tanto, os agentes públicos buscam assessoria jurídica técnica, para serem adequadamente informados sobre o alcance da legislação que versa sobre o conflito de interesses e eventuais impedimentos posteriores ao exercício do cargo público em âmbito federal.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 12.813/2013, é correto afirmar que

- (A) João e Luiz estão submetidos às normas consagradas pela legislação federal que versa sobre impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego no Poder Executivo Federal. Por outro lado, Cléber não está sujeito à referida lei.
- (B) Cléber e Luiz estão submetidos às normas consagradas pela legislação federal que versa sobre impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego no Poder Executivo Federal. Por outro lado, João não está sujeito à referida lei.
- (C) João e Cléber estão submetidos às normas consagradas pela legislação federal que versa sobre impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego no Poder Executivo Federal. Por outro lado, Luiz não está sujeito à referida lei.
- (D) Cléber está submetido às normas consagradas pela legislação federal que versa sobre impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego no Poder Executivo Federal. Por outro lado, João e Luiz não estão sujeitos à referida lei.
- (E) João, Cléber e Luiz estão submetidos às normas consagradas pela legislação federal que versa sobre impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego no Poder Executivo Federal.

54

João e Matheus, agentes públicos e amigos de longa data, debateram intensamente sobre o regime jurídico ao qual estão submetidos. Registre-se que João passou a ocupar, há um ano, um cargo público efetivo em uma autarquia estadual, após ser aprovado em um concurso público, sem ter qualquer experiência anterior junto ao Poder Público. Por outro lado, Matheus, também aprovado em um certame público, é ocupante de um emprego público, há quatro anos, em uma sociedade de economia mista.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que

- (A) João fará jus à estabilidade, após dois anos de efetivo exercício da função e aprovação na avaliação especial de desempenho. Por outro lado, Matheus já é considerado um servidor público estável, em razão do exercício da função pública há quatro anos.
- (B) João fará jus à estabilidade, após três anos de efetivo exercício da função e aprovação na avaliação especial de desempenho. Por outro lado, Matheus já é considerado um servidor público estável, em razão do exercício da função pública há quatro anos.
- (C) João fará jus à estabilidade, após dois anos de efetivo exercício da função e aprovação na avaliação especial de desempenho. Por outro lado, Matheus não tem direito à garantia da estabilidade.
- (D) João fará jus à estabilidade, após três anos de efetivo exercício da função e aprovação na avaliação especial de desempenho. Por outro lado, Matheus não tem direito à garantia da estabilidade.
- (E) João e Matheus farão jus à estabilidade, após cinco anos de efetivo exercício da função e aprovação na avaliação especial de desempenho.

55

João, após se formar na Faculdade XYZ, foi incentivado por familiares e amigos a iniciar a trajetória de estudos, com o objetivo de alcançar futura aprovação em um concurso público.

Desta forma, dando início ao seu planejamento, João analisou as normas constitucionais que versam sobre a acumulação de cargos públicos.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que João poderá acumular

- (A) dois cargos privativos de profissionais da saúde, com profissões regulamentadas, com um cargo técnico ou científico, desde que a carga horária semanal não seja superior a sessenta horas.
- (B) dois cargos privativos de profissionais da saúde, com profissões regulamentadas, com um cargo técnico ou científico, desde que haja compatibilidade de horários.
- (C) dois cargos de professor com um cargo técnico ou científico, desde que a carga horária semanal não seja superior a sessenta horas.
- (D) um cargo de professor com um cargo técnico ou científico, desde que haja compatibilidade de horários.
- (E) dois cargos de professor, desde que a carga horária semanal não seja superior a quarenta e quatro horas.

56

O Governador do Estado *Alfa* solicitou, à Procuradoria, a confecção de parecer versando sobre a viabilidade jurídica de se proceder à alienação de um determinado bem público móvel.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que o bem público móvel

- (A) poderá ser alienado, desde que haja a desafetação, a apresentação de justificativa ou motivação, a realização de licitação, como regra, e a autorização legislativa.
- (B) poderá ser alienado, desde que haja a desafetação, a apresentação de justificativa ou motivação e, como regra, a realização de licitação.
- (C) poderá ser alienado, desde que haja a desafetação, a apresentação de justificativa ou motivação e a autorização legislativa.
- (D) não poderá ser alienado, em razão do regime jurídico próprio dos bens públicos, que buscam a consecução do interesse público.
- (E) não poderá ser alienado, em razão da inalienabilidade dos bens públicos.

57

João, Presidente da autarquia XYZ, pretende indicar quatro pessoas para ocuparem cargos em comissão na referida entidade, quais sejam:

- I. Luiz, seu irmão (parente colateral de segundo grau);
- II. Fernando, seu tio (parente colateral de terceiro grau);
- III. Fabiano, seu primo (parente colateral de quarto grau); e
- IV. Joana, sua companheira.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar a vedação ao nepotismo impede que João nomeie

- (A) Joana e Fernando para ocuparem cargos em comissão na autarquia XYZ. Por outro lado, a proscrição citada não alcança, no caso narrado, Luiz e Fabiano.
- (B) Luiz e Joana para ocuparem cargos em comissão na autarquia XYZ. Por outro lado, a proscrição citada não alcança, no caso narrado, Fernando e Fabiano.
- (C) Luiz, Fernando e Joana para ocuparem cargos em comissão na autarquia XYZ. Por outro lado, a proscrição citada não alcança, no caso narrado, Fabiano.
- (D) Joana para ocupar cargo em comissão na autarquia XYZ. Por outro lado, a proscrição citada não alcança, no caso narrado, Luiz, Fernando e Fabiano.
- (E) Luiz, Fernando, Fabiano e Joana para ocuparem cargos em comissão na autarquia XYZ.

58

Em razão dos elevados índices de criminalidade visualizados no país, a Comissão de Segurança Pública do Senado Federal pretende ouvir, sobre a matéria, o Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, um determinado Ministro do Supremo Tribunal Federal e o Presidente da República no plenário da Casa Legislativa.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que o Senado Federal poderá convocar o

- (A) Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada. Por outro lado, o Ministro do Supremo Tribunal Federal goza da prerrogativa de prestar informações por escrito, no prazo de dez dias, sob pena de caracterização de crime de responsabilidade. Por fim, o Presidente da República não está sujeito à convocação pelo Congresso Nacional.
- (B) Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública e o Ministro do Supremo Tribunal Federal para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada. Por outro lado, o Presidente da República goza da prerrogativa de prestar informações por escrito, no prazo de dez dias, sob pena de caracterização de crime de responsabilidade.
- (C) Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada. Por outro lado, o Ministro do Supremo Tribunal Federal e o Presidente da República gozam da prerrogativa de prestar informações por escrito, no prazo de dez dias, sob pena de caracterização de crime de responsabilidade.
- (D) Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada. Por outro lado, o Ministro do Supremo Tribunal Federal e o Presidente da República não estão sujeitos à convocação pelo Congresso Nacional.
- (E) Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, o Ministro do Supremo Tribunal Federal e o Presidente da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada.

59

No exercício de suas atribuições, Neusa, servidora da Câmara Municipal de Fortaleza, foi questionada acerca dos instrumentos que podem ser formalizados com as organizações da sociedade civil, notadamente aqueles que podem importar na transferência de recursos financeiros, à luz da Lei nº 13.019/2019, vindo a servidora a esclarecer corretamente que

- (A) os instrumentos voltados para transferência de recursos financeiros são o termo de fomento e termo de colaboração, cuja formalização, em regra, deve ser precedida de licitação na modalidade concorrência;
- (B) os instrumentos voltados para a transferências de recursos financeiros são o termo de fomento e o acordo de cooperação, cuja formalização, em regra, deve ser precedida de licitação na modalidade pregão;
- (C) os instrumentos voltados para a transferência de recursos financeiros são o termo de colaboração e o acordo de cooperação, cuja formalização, em regra, deve ser precedida de credenciamento;
- (D) os instrumentos voltados para a transferência de recursos financeiros são o termo de fomento, o termo de colaboração e o acordo de cooperação, cuja formalização, em regra, deve ser precedida de leilão;
- (E) os instrumentos voltados para a transferência de recursos financeiros são o termo de colaboração e o termo de fomento, cuja formalização, em regra, deve ser precedida de chamamento público.

60

O Município Delta, por meio das normas pertinentes, criou uma autarquia para o desempenho determinada atividade, bem como delimitou que as decisões editadas pela mencionada entidade administrativa poderiam ser desafiadas por recurso a ser apresentado para órgão colegiado integrante da estrutura da Secretaria atuante em tal setor.

Diante dessa situação hipotética, no âmbito da organização administrativa, é correto afirmar que

- (A) a criação da autarquia é fruto da desconcentração e a do órgão da descentralização da atividade administrativa, existindo hierarquia e, portanto, subordinação entre a Administração Direta e a Indireta;
- (B) a criação da autarquia e do órgão são fruto da descentralização da atividade administrativa, inexistindo hierarquia e, portanto, subordinação entre Administração Direta e Indireta;
- (C) a criação da autarquia e do órgão são fruto da desconcentração da atividade administrativa, existindo hierarquia e, portanto, subordinação entre a Administração Direta e a Indireta;
- (D) a criação da autarquia é fruto da descentralização e a do órgão da desconcentração da atividade administrativa, inexistindo hierarquia e, portanto, subordinação entre Administração Direta e Indireta;
- (E) a criação da autarquia e do órgão são fruto de desconcentração ou descentralização, existindo hierarquia e, portanto, subordinação entre todos os órgãos e entidades que integram a Administração Pública.

61

Após estudar os princípios, regras e instrumentos para o governo digital e para o aumento da eficiência, Solange verificou que, para os fins da Lei nº 14.129/2021, foi delimitado a seguinte definição *“espaço aberto à participação e à colaboração da sociedade para o desenvolvimento de ideias, de ferramentas e de métodos inovadores para a gestão pública, a prestação de serviços públicos e a participação do cidadão para o exercício do controle sobre a administração pública”*.

É correto afirmar que, no âmbito da mencionada norma, tal conceito está delineado para

- (A) laboratório de inovação.
- (B) formato aberto.
- (C) dados abertos.
- (D) governo como plataforma.
- (E) plataforma de governo digital.

62

Suponha que determinado parlamentar questione a assessoria jurídica acerca da viabilidade de utilização de campanhas dos órgãos públicos, para fazer constar expressamente o seu nome e foto, com vistas a obter promoção individual, sem qualquer caráter educativo, informativo ou de orientação social.

Diante dessa situação hipotética, a assessoria deve responder que a conduta do parlamentar importará em violação ao princípio constitucional expresso da:

- (A) eficácia.
- (B) impessoalidade.
- (C) motivação.
- (D) segurança jurídica.
- (E) supremacia do interesse público.

63

Certo Município instituiu determinado serviço social autônomo em âmbito municipal, com o objetivo de promover o crescimento econômico e a geração de empregos por meio do fortalecimento de médias, pequenas e microempresas e cooperativas, especialmente por meio de programas e projetos de fomento e estímulo ao médio, ao pequeno e ao microempreendedor, bem como às cooperativas, inclusive de incentivo à inovação e ao desenvolvimento tecnológico, mediante a destinação de verbas públicas.

Acerca da situação descrita, considerando a orientação do Supremo Tribunal Federal acerca dos serviços sociais autônomos, é correto afirmar que

- (A) o Município não tem competência para criar tal entidade de colaboração, dotada de regime jurídico privado, diante de sua forma de custeio;
- (B) por se tratar de entidade privada, que não integra a Administração Pública, o serviço social autônomo não se submete à fiscalização de Tribunal de Contas;
- (C) por integrar a Administração Indireta, como entidade de direito privado, o serviço social autônomo, precisa realizar concurso público para admissão dos respectivos empregados;
- (D) considerando que o serviço social autônomo integra a Administração Pública, enquanto entidade autárquica, é imprescindível a realização de procedimento licitatório nas contratações realizadas com terceiros;
- (E) o serviço social autônomo não integra a Administração Pública, de modo que é desnecessária a motivação para fins de demissão de seus empregados.

**64**

Em consonância com a Lei nº 13.924/2019, os contratos de desempenho são definidos como o acordo celebrado entre o órgão ou entidade supervisora e o órgão ou entidade supervisionada, por meio de seus administradores, para o estabelecimento de metas de desempenho do supervisionado, com os respectivos prazos de execução e indicadores de qualidade, tendo como contrapartida a concessão de flexibilidades ou autonomias especiais.

Nesse contexto, além do respectivo objetivo principal, é correto afirmar, à luz da mencionada norma, que tal instrumento visa especialmente a

- (A) facilitar o controle social sobre a atividade administrativa.
- (B) desincompatibilizar as atividades do supervisionado com as políticas públicas e os programas governamentais.
- (C) fixar a responsabilidade de dirigentes quanto às atividades burocráticas, pautadas na legalidade, a despeito dos resultados.
- (D) estabelecer indicadores objetivos para o controle de todas as ações desenvolvidas pelo supervisionado, para o aperfeiçoamento das relações supervisão, independentemente de cooperação.
- (E) aperfeiçoar o acompanhamento e o controle de resultados da gestão pública, mediante instrumento caracterizado objetividade, responsabilidade e transparência, sendo vedada a consensualidade.

**65**

O Município Alfa almeja realizar um consórcio público com o respectivo Estado e/ou com a União, para a realização de objetivos de interesse comum, notadamente relacionados a um grande evento esportivo a ser sediado na localidade, que atrairá a atenção e turistas de todo mundo, mas que exige a realização de diversas obras para a sua concretização.

Considerando o disposto na Lei nº 11.107/2005 acerca do tema, é correto afirmar que

- (A) é vedado à União participar de consórcios públicos que envolvam Municípios.
- (B) há necessidade de mais ente federativo para a formalização do aludido consórcio público, que deve ter o número mínimo de quatro participantes.
- (C) a União somente pode participar de consórcio público em que também faça parte o Estado em cujo território esteja situado o Município consorciado.
- (D) o Município não poderia formalizar o consórcio público em questão, que apenas pode ser por ele realizado com outros Municípios.
- (E) a norma não impõe restrição ao número, nem à natureza dos entes que podem participar de um consórcio público, diante de sua natureza de convênio, que não necessita de ratificação legislativa.

**66**

Instado a se manifestar acerca dos aspectos e dimensões do princípio da transparência no âmbito dos Municípios, à luz do disposto na Lei nº 12.527/2011 e da orientação do Superior Tribunal de Justiça acerca do tema, Xavier informou corretamente que

- (A) os Municípios com menos de 50.000 (cinquenta mil) habitantes estão dispensados de promover a transparência ativa.
- (B) os dados atinentes à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos são passíveis de sigilo, independentemente de motivação.
- (C) o direito de qualquer pessoa e entidade de requerer acesso a informações não publicadas, que não se submetem à sigilo, designado de transparência passiva, não pode ser condicionada à apresentação dos respectivos motivos determinantes.
- (D) a discricionariedade administrativa para a delimitação de sigilo, impõe ao particular o ônus de demonstrar que a informação solicitada não está sujeita a sigilo, no âmbito da transparência reativa.
- (E) o dever de transparência dos Municípios cinge-se à disponibilização em sítio eletrônico dos atos administrativos que forem publicadas em diário oficial, notadamente porque tal publicidade é imprescindível para a existência do ato administrativo.



67

No âmbito do Município Ômega estão sendo realizados estudos para a criação de uma Agência Reguladora, para fins de exercer a competência regulatória em relação a determinado serviço público de competência do ente federativo, de modo que passaram a ser analisadas as questões atinentes ao exercício do respectivo poder decisório, nos moldes em que delimitados na Lei nº 13.848/2019.

Nesse contexto, com base na aludida Lei nº 13.848/2019, é correto afirmar que

- (A) cabe ao conselho diretor ou diretoria colegiada deliberar sobre os temas afetos à regulação que serão submetidos à apreciação colegiada, cuja sessão de deliberação será privada.
- (B) diante da discricionariedade técnica exercida pelas agências reguladoras na realização da atividade regulatória, a apresentação de dados técnicos afasta a necessidade de indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem suas decisões, inclusive a respeito da edição ou não de atos normativos.
- (C) as propostas de alteração de atos normativos de interesse geral dos agentes econômicos, consumidores ou usuários dos serviços prestados devem ser precedidas da realização de Análise de Impacto Regulatório (AIR), que conterá informações e dados sobre os possíveis efeitos do ato normativo.
- (D) serão objeto de audiência pública, previamente à tomada de decisão, as minutas e as propostas de alteração de atos normativos de interesse geral dos agentes econômicos, consumidores ou usuários dos serviços prestados, independentemente de deliberação de decisão colegiada que determine a sua convocação.
- (E) é aconselhável a realização de consulta pública previamente à tomada de decisão regulatória, notadamente acerca das propostas de adoção ou alteração de atos normativos, a qual não tem natureza vinculante, de modo que não é necessário que a agência reguladora disponibilize o seu posicionamento sobre críticas ou contribuições apresentadas antes da deliberação final sobre a matéria.

68

No âmbito do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, há a diferenciação de quatro setores do Estado, dentre os quais aquele que corresponde ao governo, em sentido lato, indicado como o setor que define as leis e políticas públicas e cobra o seu cumprimento.

Nesse contexto, é correto afirmar que tal setor é designado de

- (A) núcleo estratégico.
- (B) atividades exclusivas.
- (C) serviços não exclusivos.
- (D) produção de bens e serviços para o mercado.
- (E) terceiro setor.

69

Em decorrência de alterações promovidas na legislação trabalhista relativas à terceirização, o Supremo Tribunal Federal foi instado a se manifestar sobre o tema, assim como sobre a possibilidade de tal instrumento ser utilizado no âmbito dos contratos realizados pela Administração Pública.

Nesse contexto, considerando a orientação adotada pelo Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- (A) a terceirização é vedada para a Administração para a contratação de pessoal, não sendo admitida nem mesmo nas contratações realizadas por delegatária de serviços públicos, diante da possibilidade de importar na responsabilização do tomador pelo inadimplemento de obrigações trabalhistas.
- (B) após as alterações legislativas, a terceirização passou a ser amplamente admitida no ordenamento pátrio, inclusive nos contratos a serem realizados pela Administração Pública, que, na qualidade de tomadora é solidariamente responsável pelo inadimplemento de obrigações trabalhistas.
- (C) a terceirização é proibida para a Administração Pública, mas pode ser realizada pelas delegatárias de serviços públicos, notadamente pelas concessionárias, que, na qualidade de tomadoras, podem ser solidariamente responsabilizadas na hipótese de inadimplemento de obrigações trabalhistas.
- (D) é possível a utilização da terceirização pela Administração Pública, atendidas algumas balizas estabelecidas em lei, mas a eventual responsabilização como tomadora pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas depende comprovação de falha da Administração na fiscalização do contrato.
- (E) a terceirização pode ser utilizada pela Administração Pública, bem como pelas delegatárias de serviços públicos, inclusive para atividade fim, nos termos da lei e do contrato, mas não é possível a sua responsabilização enquanto tomadoras nas hipóteses de inadimplemento das obrigações trabalhistas.

70

O Município Imaginário está em vias de criar uma empresa pública na área de tecnologia da informação, com vistas a realizar atividade econômica de relevante interesse coletivo.

Com relação à indicação para os cargos do Conselho de Administração e de diretoria, inclusive, o de presidente de tal entidade administrativa, à luz do disposto na Lei nº 13.303/2016, é correto afirmar que tais membros serão escolhidos entre cidadãos de reputação ilibada que

- (A) tenham formação compatível com a respectiva área de atuação, inexistindo outras restrições que condicionem tal indicação.
- (B) tenham notório conhecimento na área de atuação, dentre outros requisitos, sendo vedada a indicação de irmão de Secretário Municipal.
- (C) tenham experiência profissional mínima de 10 anos, ainda que exerça cargo em organização sindical, dentre outros requisitos.
- (D) tenham comprovada experiência profissional ou formação acadêmica compatível, dentre outros requisitos, que não apontam para a necessidade de demonstrar que não se enquadrem em uma das hipóteses de inelegibilidade.
- (E) tenham 3 anos de experiência, ocupando, cargo de docente ou de pesquisador em áreas de atuação da empresa pública, dentre outros requisitos, inexistindo impedimento de que seja detentor de mandato eletivo no Poder Legislativo, desde que licenciado do cargo.

## QUESTÃO DISCURSIVA 1

---

O Município *Alfa* enfrentou um fenômeno climático adverso, ensejador de secas prolongadas, sem qualquer precipitação. Desta forma, deflagraram-se dezenas de focos de incêndio, motivo pelo qual João, Chefe do Poder Executivo local, criou um gabinete de crise, integrado por diversas autoridades públicas, visando à solução da problemática posta. Nesse contexto, em um determinado dia, o fogo se alastrou e atingiu o imóvel público XYZ, onde se localizava uma das bibliotecas municipais, danificando-o substancialmente. Alguns meses após os fatos e com a situação controlada, o Prefeito resolveu construir uma nova biblioteca, em outra localidade, longe de regiões mais suscetíveis a incêndios. Em assim sendo, o agente político requereu à sua assessoria jurídica a elaboração de um parecer versando sobre a viabilidade jurídica de se proceder à alienação do terreno onde se localizava a antiga biblioteca.

**Com base no cenário hipotético narrado, responda de forma fundamentada.**

- 1. Conceitue os bens públicos, trazendo à baila as suas três espécies, segundo o critério da afetação.**
- 2. No que atina ao regime jurídico, elenque e explique as quatro principais características dos bens públicos.**
- 3. Conceitue o instituto jurídico da desafetação, indicando a modalidade implementada no caso concreto.**
- 4. Quais requisitos deverão ser observados, caso o Prefeito do Município *Alfa* dê prosseguimento ao intento de alienar o imóvel público destruído pelo incêndio?**

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

## QUESTÃO DISCURSIVA 2

---

Analise a viabilidade de um Município criar uma fundação de direito privado para realizar serviços públicos de saúde, à luz da orientação do Supremo Tribunal Federal, mediante enfrentamento das seguintes peculiaridades:

1. ausência da lei complementar para delimitar as respectivas áreas de atuação, diante da natureza dos serviços públicos em questão ;
2. requisitos para a constituição de tal entidade administrativa, em razão de sua natureza jurídica;
3. viabilidade de adoção do regime jurídico único de pessoal, para fins de reconhecer a garantia da estabilidade dos servidores públicos.

1

---

2

---

3

---

4

---

5

---

6

---

7

---

8

---

9

---

10

---

11

---

12

---

13

---

14

---

15

---

16

---

17

---

18

---

19

---

20

---

21

---

22

---

23

---

24

---

25

---

26

---

27

---

28

---

29

---

30

---





Realização

